

Forros Proprietários da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú – 1782-1798

Nelson Henrique Moreira de Oliveira *

Resumo

Este artigo apresenta as primeiras considerações da pesquisa em andamento, que propõe analisar a mobilidade social de ex-cativos na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú, região do Recôncavo da Guanabara, no último quartel do século XVIII. Busca compreender a trajetória de vida e a dinâmica das relações sociais de pretos e pardos forros como proprietários de escravos e de outros bens, observando como cor, condição econômica e *status* social interferiam, moldavam e (re)definiam o lugar social na sociedade escravista.

Palavras-chave: Forros. Mobilidade Social. Relações Sociais.

Abstract

This article presents the first considerations of the research in progress, that proposes to analyze ex-slaves social mobility at Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú Parish, in the Guanabara Bay region, in the late quarter of the 17th century. It seeks to comprehend the freed blacks and mulattoes individuals' lives trajectories and their social relations dynamics as owners of slaves and other assets, noticing how skin color, economical standing and social status affected, influenced and (re)defined the individuals' social positions into the slavery society.

Key-words: Ex-slaves. Social Mobility. Social Relations.

Introdução

Através da análise qualitativa de fontes paroquiais, especificamente assentos de óbitos e, principalmente, de testamentos, entre outras fontes, o artigo apresenta as primeiras considerações a respeito da pesquisa em andamento, enfocando parte das trajetórias de vida destas desconhecidas personagens da história da região do rio Iguaçú – *pretos e pardos forros donos de escravos e outros bens*. Busca-se compreendê-los em suas experiências cotidianas como egressos do cativeiro e proprietários em seu contexto sociocultural: a sociedade colonial brasileira, escravista, agrária e de Antigo Regime¹, extremamente hierarquizada, no final do

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

¹ Sociedades de Antigo Regime têm uma hierarquia social baseada na diferença de *qualidades*, ou seja, a posição de uma pessoa, família e/ou grupo dependia de sua *qualidade*. No caso das elites senhoriais do Recôncavo da Guanabara no período colonial, suas práticas estavam assentadas nos três pontos básicos de poder do modelo português da instituição: conquista/guerras (terras e homens: índios), administração real (exercer o poder em nome *del Rey* por vias de ou para receber mercês) e domínio da câmara, que significava poder intervir no dia-a-dia da sociedade local. (Cf. FRAGOSO, 2001:29-71). Para Hebe Mattos, as sociedades de Antigo Regime legitimavam e naturalizavam as desigualdades e hierarquias sociais; a expansão do Império português com seu ordenamento jurídico incorporava a produção social de novas relações e as naturalizava no seio da sociedade; a escravidão estava entre tais relações. (Cf. MATTOS, 2001:141-162).

século XVIII, em uma freguesia interiorana. Localizada no “fundo”² da Baía de Guanabara, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú estava inserida em uma vasta região rural – em sua maioria, de pequenas e médias propriedades – com uma extensa rede hidrográfica, alagados, florestas e montanhas incultas. Era abastecedora de inúmeros produtos³ para a cidade do Rio de Janeiro, tendo servido como um estratégico ponto de ligação entre a mesma e o Vale do Rio Paraíba do Sul e, desta, às *Minas Gerais*.

Tal qual a grande maioria das freguesias coloniais da América Portuguesa do século XVIII, a freguesia de Piedade do Iguaçú era um ambiente pautado na religiosidade, uma sociedade profundamente desigual, onde não só a origem, a aparência, a cor da pele e as vestimentas faziam diferença nas relações, mas também a condição social (estatuto jurídico, aporte econômico, prestígio) também influía. A participação social de ex-escravos que se tornaram proprietários ia muito além da posse de cativos, sítios, maquinário, ferramentas e suas produções agrícolas. Suas atividades econômicas, por exemplo, incluíam, além da agricultura e do comércio desses artigos, a atuação no mercado de crédito (empréstimos financeiros) e a compra, venda e aluguel de escravos a *jornais* (diárias).

Apesar das experiências parentais e de suas relações sociais mais amplas com a sociedade local – que tinham como objetivo a legitimação social da família, visando uma estratégia de sobrevivência e manutenção de *status* geracional –, os forros em questão, aparentemente, não formavam um *grupo social* homogêneo; ou seja, não compunham um “grupo” de forros que se percebia como uma “classe” de “forros proprietários”. Ao contrário disto, estavam inseridos na sociedade de forma diversa da dos cativos e dos forros que não eram proprietários, mas, tampouco, estavam em pé de igualdade, em termos de prestígio social, com seus pares senhoriais livres, embora, por suas práticas – como as de manumissão de seus cativos, expressas em seus testamentos –, possam ser mais associados aos proprietários do que a seus pares forros.

Ainda que com uma estratégia social mais voltada ao âmbito familiar, não estavam socialmente isolados, circunscritos ao seu grupo parental mais próximo, pois suas relações, especialmente as econômicas, envolviam outros agentes da sociedade local, desde seus próprios cativos, passando por seus familiares e parentes, até seus parceiros comerciais e o

² O Recôncavo da Guanabara, antiga denominação da região no entorno da Baía de Guanabara, o *sertão da Guanabara*, incluído a atualmente denominada Baixada Fluminense, à qual também se aludia até o século XIX como *fundo da Baía*.

³ Desde o princípio da colonização, na segunda metade do século XVI, a produção econômica do Recôncavo tinha um perfil diversificado, incluindo açúcar, melado, aguardente, feijões, arroz, farinha, raízes, frutos, legumes, verduras, carne, leite e ovos, entre outros; além destes, a criação de animais e os produtos da caça, da pesca e do extrativismo. Outros produtos eram: tabaco, madeira (para os mais diversos fins), carvão, tijolos e telhas.

potentado local. Assim, em suas relações sociais (práticas econômicas, sociais e culturais), interagem, indistintamente, com outros indivíduos de variadas origens e posições sociais. Dessa forma, estavam abertos a diversas experiências sociais, com indivíduos e grupos variados da sociedade: participavam de agremiações religiosas (irmandades), comerciavam com livres de elite do potentado local, outros forros, cativos, pessoas com maiores ou menores possibilidades econômicas, residentes na freguesia de Piedade do Iguaçu e áreas vizinhas, bem como na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A Economia da Freguesia de Piedade do Iguaçu.

Sendo a freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, da mesma forma como as demais freguesias do Recôncavo da Guanabara, uma localidade cuja economia era baseada na produção de gêneros para o abastecimento próprio e da cidade do Rio de Janeiro, assim como para exportação, os produtos dos sítios dos forros proprietários de Iguaçu, tanto quanto de outros proprietários, se inseriam em uma rede muito mais ampla de comércio, que ultrapassava os limites da freguesia⁴ e mesmo do Recôncavo da Guanabara. Segundo João Fragoso, o Recôncavo estava inserido no eixo do mercado atlântico da política ultramarina lusa. A região, com sua economia de *plantation*⁵, produzia, dentre vários artigos, açúcar e aguardente; com estes produtos – e mais o tabaco até a sua proibição no final do século XVII – a elite senhorial guanabarina adquiria cativos africanos, que eram exportados para a região do Prata, transformando-se em metais para as famílias da elite senhorial fluminense (Cf. FRAGOSO, op. cit. p. 38). Segundo o autor, estas atividades ocorreram ao longo dos séculos XVI e XVII e formaram o que é chamado por ele de período de acumulação primitiva da economia da elite senhorial do Recôncavo da Guanabara (Cf. FRAGOSO, idem. p. 17).

Outra atividade que fez parte de seu perfil econômico, foi servir de ponto de ligação entre o litoral (a cidade do Rio de Janeiro e, por consequência disto, a todos os lugares a esta ligados) e o sertão (o interior do território, além da Serra do Mar), praticando o “comércio de redistribuição”. Este era o “pequeno comércio diário” praticado entre a freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu e a cidade do Rio de Janeiro no final do século XVIII, através do transporte fluvial, nas faluas que partiam e chegavam pelo rio Iguaçu. Segundo Sampaio,

⁴ De acordo com Sampaio, os negociantes do Rio de Janeiro estavam na “encruzilhada” do Império português na primeira metade do século XVIII, sendo a principal ponte entre as Minas Gerais e o comércio ultramarino, incluindo o restante da América portuguesa, a África, a Ásia e a Europa. (Cf. SAMPAIO, 2001:85).

⁵ O sentido utilizado por Fragoso não é o da *plantation* clássica: monocultura, com grande plantel de escravos e estritamente voltada à exportação, mas, sim, no sentido da estrutura de funcionamento e, principalmente, por estar voltada à “atlantização da política ultramarina lusa”, ligando diversas partes do império, ou seja, uma economia de *plantation* e não necessariamente *plantation* estrita, como no caso das regiões açucareiras da Bahia, Pernambuco e Campos dos Goitacazes. (Cf. FRAGOSO, idem).

essa atividade era destinada a “redistribuir as mercadorias oriundas do tráfico atlântico (principalmente escravos e mercadorias européias)”. (SAMPAIO, 2001:80). De acordo com o autor, o Rio de Janeiro estava na “encruzilhada do Império Português” (SAMPAIO, 2001:85) já na primeira metade do século XVIII, por ter se tornado a principal ponte entre as Minas Gerais e o comércio ultramarino (SAMPAIO, 2001:85). As freguesias, as fazendas e sítios, as poucas estradas ou caminhos e, principalmente, os rios do Recôncavo, faziam parte integrante e importante desta ligação. Era através da região que se alcançava as minas, após cair em relativo desuso o “Caminho do Ouro de Paraty” (SAMPAIO, 2001:85). Neste contexto socioeconômico estavam inseridos os forros proprietários da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguçu, que eram pequenos produtores de alimentos.

Forros Proprietários de Piedade do Iguçu: levantamento estatístico do Livro 11.

A principal fonte da pesquisa em curso são os assentos de óbitos e, principalmente, os testamentos do “Livro 11”⁶, conforme a distribuição apresentada no quadro abaixo:

NÚMERO TOTAL DE ASSENTOS DE ÓBITOS	686
NÚMERO TOTAL DE ASSENTOS DE TESTAMENTOS	37
NÚMERO TOTAL DE ASSENTOS NO LIVRO 11	723

Fonte: Livro 11, ACDNI⁷.

Com relação aos óbitos, existem os seguintes registros:

ÓBITOS					
HOMEM			MULHER		
BRANCO	NÃO-BRANCO	NÃO DECLARADO	BRANCA	NÃO-BRANCA	NÃO DECLARADO
3	70	306	3	61	243

Fonte: Livro 11 / ACDNI⁸.

Com relação às irmandades, que agregavam indivíduos de classes socioeconômicas e étnicas distintas em devoção a determinados santos e santas, e nas sepulturas das quais os irmãos eram enterrados, existem os seguintes números, que indicam quando os indivíduos eram enterrados em sepulturas da própria paróquia, destinadas, em geral, a pessoas que não podiam pagar as taxas para enterramentos nas covas das irmandades e que por isso não estavam a elas agremiados, ou nas covas das próprias irmandades:

⁶ Livro de Assentos de Óbitos e Testamentos de Livres – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguçu (1777-1798), n. 11, microfilme rolo n.1. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu – Setor de Documentos Manuscritos.

⁷ Livro 11.

⁸ Livro 11.

IRMANDADES DE(O) / LOCAL DE ENTERRAMENTO	QUANTIDADE
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	15
NOSSA SENHORA DA PIEDADE	2
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	56
SÃO MIGUEL DAS ALMAS	67
SANTÍSSIMO SACRAMENTO	80
ADRO	2
FÁBRICA	90
CEMITÉRIO	45
CAPELA-MOR DA MATRIZ DE N. S. DA PIEDADE	1
CAPELA DE SANTO ANTÔNIO DA SERRA	3
FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA	2
CANDELÁRIA (RJ) N. S. CARMO	2
CAPELA DA IRM. 3ª DE S. FRANCISCO DE PAULA (RJ)	2
CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO (RJ)	1
NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (LOCAL DESCONHECIDO)	1
NÃO DECLARADOS	317
TOTAL	686

Fonte: Livro 11 / ACDNI⁹.

Muitos dos indivíduos cuja condição social e classificação étnica não foram declaradas nos assentos podem ser identificados, com grande probabilidade, ao se verificar as irmandades às quais pertenciam, assim como pelos santos de devoção, além, é claro, do local de sepultamento e mesmo as distinções assinaladas pelo redator e pelo signatário do assento, em especial quando o indivíduo pertencia aoipotado local, por exemplo.

Isso se dá porque a classificação e identificação são feitas de acordo com a tradição de cada irmandade; por exemplo, a irmandade voltada à agremiação de brancos, geralmente da elite, na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, segundo Mariza Soares, é a do Santíssimo Sacramento. Outra irmandade voltada, geralmente à agremiação de brancos, ainda que de menores posses, é a de São Miguel das Almas. Conforme nos informa Mariza Soares:

“Os pretos e forros são devotos de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, e os pardos, de Nossa Senhora da Conceição. No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII é impossível pensar a hierarquia social sem levar em conta a hierarquia dos homens e dos santos.”¹⁰

Os não-declarados (ND), que eram 317, e os sepultados no adro, cemitério e fábrica, total de 137, eram os indivíduos mais pobres; no entanto, eventualmente encontram-se indivíduos de posses lá indicados como sendo enterrados em tais locações da matriz. No Livro 11, dentre todos os assentos, existe um total de 37 testamentos, que estão assim distribuídos:

⁹ Livro 11.

¹⁰ Cf. SOARES. 2000:136 e 261 (nota 16).

TESTAMENTOS			
HOMEM		MULHER	
BRANCO	NÃO-BRANCO	BRANCA	NÃO-BRANCA
20	6	4	7
26		11	
37			
TOTAL BRANCOS		24	
TOTAL NÃO-BRANCOS		13	

Fonte: Livro 11 / ACDNI¹¹.

De acordo com o quadro acima, percebe-se que, dos 37 testamentos lançados no Livro 11, 13 são de indivíduos pretos e pardos, sendo 6 homens e 7 mulheres, significando a existência de 24 indivíduos brancos, 20 homens e 4 mulheres. Como são 37 testamentos, os 13 pertencentes aos indivíduos pretos e pardos constituem, em termos proporcionais, cerca de um 1/3 do total. Detalhando o quadro anterior, temos os seguintes dados, incluindo os nomes dos testados (os forros estão indicados em itálico):

TESTAMENTOS			
HOMEM		MULHER	
BRANCO	NÃO-BRANCO	BRANCA	NÃO-BRANCA
FRANCISCO CORREA BARBOZA	<i>LUIZ CABRAL</i>	MARIA DA FONSECA	<i>ROSA MARIA DA SILVA</i>
ALBERTO DA COSTA PINHEIRO	<i>CUSTÓDIO PIRES RIBEIRO</i>	ANNA JOSEFA	<i>DOMINGAS CABRAL</i>
LUIS BARBOZA DE SÁ	<i>ANTONIO BENTO</i>	ANNACLETA MARIA DE OLIVEIRA	<i>JOANNA GONÇALVES</i>
MANOEL DE SOUZA DIAS	<i>JOÃO DA SILVA</i>	CLARA MARIA	<i>JOANNA MARIA DE JESUS</i>
MANOEL FURTADO DE MENDONÇA	<i>MANOEL GOMES</i>	MARIA DE SÃO JOZÉ (ÓBITO SEM TESTAMENTO)	<i>JERÔNIMA MARIA LOBA</i>
JOZE PEREIRA PINTO	<i>JOSÉ DA PAIXÃO</i>		<i>GRACIA MARIA</i>
JOÃO RODRIGUES DE NOVAIS			<i>RITA PERPÉTUA</i>
ALFERES LUIS DA MOTA FREIRE			
ANTONIO GOMES PASSOS			
IGNÁCIO BARBOZA DA SILVA			
MANOEL GONÇALVES DE CARVALHO			
DOMINGOS FRANCISCO FLORES			
ANDRÉ RODRIGUES			
ANTONIO FRANCISCO DE MELLO			
JOÃO MANOEL DA CÂMARA			
ANTONIO PEREIRA SOARES			
MANOEL MARTINS PINHEIRO			
GABRIEL DA COSTA (ÓBITO, SEM TESTAMENTO)			
FRANCISCO BARBOZA			
BENTO PEREIRA MENDES (TESTAMENTO, SEM ÓBITO)			
DOMINGOS DA SILVA BRANDÃO			

Fonte: Livro 11 / ACDNI¹².

Conforme visto no quadro acima, embora haja a indicação de mais 2 testamentos, estes não foram registrados no Livro 11 e também, até o momento, não foram localizados em nenhum outro livro de óbitos da freguesia de Iguaçú. Há, ainda, um outro testamento lançado no livro, mas o óbito referente a ele também não foi localizado.

¹¹ Livro 11.

¹² Livro 11.

Com Nome e Sobrenome: resumo dos dados pessoais dos forros proprietários de Iguaçu.

Tendo como base os dados recolhidos no Livro 11, a seguir apresentamos resumidamente alguns detalhes das trajetórias das vidas dos treze forros proprietários da freguesia de Piedade do Iguaçu:

Rosa Maria da Silva, preta forra, natural da Costa da Mina, batizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Vila Rica, casada com André Carvalho Monteiro, sem filhos. Morreu em 20/03/1782 e foi enterrada na cova da irmandade do Rosário, na Igreja Matriz.

Domingas Cabral de Mello, preta forra, natural da Costa da Guiné, batizada na cidade de Luanda, vinda para o Brasil com doze anos de idade, viúva de Sebastião Cabral, preto Benguela. Moradora na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu, teve três filhos: Ignácio Cabral, Ignácia Cabral e Manoel, já falecidos à época de sua morte; tinha dois netos os quais instituiu como herdeiros: José Cabral e Guadiana. Morreu em 14/07/1782 e foi enterrada na cova da fábrica da Igreja Matriz.

Luis Cabral de Mello, preto forro, natural e batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, anexa a Santo Antônio de Jacutinga, morador na freguesia de Piedade do Iguaçu. Filho legítimo de Domingos e Antônia, ambos do gentio de Guiné e que tinham sido escravos de João de Faria. Casado em primeiras núpcias com Isabel de Souza, preta forra do gentio de Guiné, já falecida, não teve filhos. Casou-se então com Luiza Maria, crioula forra, da qual também não teve filhos; instituiu *sua própria alma* como herdeira universal. Faleceu em 29/08/1787 e foi enterrado na cova da irmandade do Rosário, na Igreja Matriz.

Custódio Pires Ribeiro, natural e batizado na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu, filho natural de Manoel Pires Ribeiro e de Luisa, preta Mina, já falecidos; casado com Joanna Maria de Souza, mulher parda, sem filhos, morador em um sítio em terras aforadas ao Mosteiro de São Bento de Iguaçu. Instituiu sua esposa como herdeira universal. Falecido em 09/11/1787, foi sepultado em cova do Rosário, da Igreja Matriz de Piedade.

Antônio Bento, preto forro, natural e batizado em Angola, casado pela primeira vez com Quitéria Maria dos Prazeres, liberta de nação Mina; sem filhos; e pela segunda vez com Jerônima Maria Loba, liberta, da qual também não teve filhos e a quem instituiu como

universal herdeira; morador em um sítio na freguesia de Piedade do Iguaçu. Foi escravo de José Bento da Cruz, ao qual pede no testamento que lhe sejam rezadas missas, tanto quanto para sua falecida primeira mulher, Quitéria. Faleceu em 10/12/1788, enterrado na Igreja Matriz, em cova do Rosário.

Joanna Gonçalves, preta forra, natural e batizada em Benguela, viúva de João Ramos de “nação Congo” de cujo matrimônio não houve filhos. Faleceu em 07/08/1789, enterrada na cova do Rosário, na Igreja Matriz.

João da Silva, natural de Campos dos Goitacazes e batizado na capela da Fazenda do Mosteiro de São Bento, do qual foi cativo; filho legítimo de José da Silva, pardo forro e de Felicianna Alves Monteiro, parda cativa do Mosteiro, ambos falecidos. Casado com Rosália Maria de cujo matrimônio não houve filhos; teve solteiro uma filha natural forra, Maria Egípcia com Verônica, cativa do Mosteiro de São Bento. Morreu em 25/05/1792 e instituiu sua filha como universal herdeira; foi enterrado na Igreja Matriz, em cova da irmandade da Conceição.

Joana Maria de Jesus, parda, natural da freguesia de São João de Meriti, filha natural de Francisco Frazão de Souza e de Josefa de Souza, viúva de Custódio Pires Ribeiro, do qual não teve filhos, logo, sem herdeiros necessários. Instituiu dois irmãos como testamentários: Thomé Frazão de Souza e Estevão de Souza. Faleceu em 25/10/1794 e foi sepultada na cova da irmandade do Rosário, na Igreja Matriz.

Jerônima Maria Loba, preta forra, natural da Costa Verde, viúva, casada em segundo matrimônio com o Alferes Antônio Bento; o casal não teve filhos, no entanto, Jerônima declarou ter um filho natural chamado Antônio Lobo, o qual instituiu como único herdeiro. Faleceu em 19/07/1795 e foi enterrada em cova do Rosário, na Igreja Matriz.

Manoel Gomes, pardo forro, natural e batizado na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, filho natural de Vitória, crioula cativa de Jerônimo Gomes; casado com Gracia Maria [da Conceição] do Nascimento; o casal não teve filhos. Faleceu em 01/08/1795 e foi sepultado na cova da fábrica da Igreja Matriz.

José da Paixão Ramos, natural da Costa da Mina, casado com Andreza Maria Pereira, da qual não teve filhos, porém, teve com Lourença Maria Ramos um filho natural chamado Custódio, o qual instituiu como herdeiro universal. O óbito de José não foi lançado no livro, apenas seu testamento.

Gracia Maria, preta forra, natural do gentio de Guiné, viúva de Manoel Torres; o casal não teve filhos, dessa forma, Gracia não tinha herdeiros naturais. Faleceu em 07/03/1797, enterrada na cova do Rosário, da Igreja Matriz.

Rita Perpétua, preta forra, natural da Costa da Guiné, casada com Miguel dos Santos do qual não tinha notícias havia oito anos. Faleceu em 01/02/1798, enterrada em cova do Rosário, na Igreja Matriz.

Alguns dos indivíduos do grupo formavam casais: Custódio Pires Ribeiro, casado com Joanna Maria de Souza [de Jesus], [Alferes] Antônio Bento, casado com Jerônima Maria Loba e Manoel Gomes [Torres], casado com Gracia Maria [da Conceição] do Nascimento. Das sete testadas apenas uma é nascida no Brasil, as outras seis são africanas. Dos testados apenas dois são africanos e quatro nascidos no Brasil; assim, temos oito nascidos em África e cinco na América Portuguesa.

Referências Bibliográficas

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói: UFF, 2004. (mimeo).

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978, 2 vols; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 331-366;

FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial”. In: FRAGOSO, João; Bicalho, Maria Fernanda Baptista; Gouvêa, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 29-71.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 23. ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1984.

FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Tese de doutoramento apresentada ao Curso de Pós-graduação em História da faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850*. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2008;

MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”. In: FRAGOSO, João; Bicalho, Maria Fernanda Baptista; Gouvêa, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 141-162.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001;

REIS, João José; Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. “A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 287-329.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: alforria nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c.1830*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2006;

TANNENBAUM, Frank. *El negro em las Américas: esclavo y ciudadano*. Buenos Aires: Paidós, [s/d].